

Felipe Antônio Honorato¹

Resenha

**OLIVEIRA, JOÃO PACHECO DE; SANTOS,
RITA DE CÁSSIA MELO (ORGS.). DE
ACERVOS COLONIAIS AOS MUSEUS
INDÍGENAS: FORMAS DE PROTAGONISMO
E DE CONSTRUÇÃO DA ILUSÃO MUSEAL.
JOÃO PESSOA: EDITORA UFPB, 2019.**

¹ Doutorando em Mudança Social e Participação Política (USP), mestre em Estudos Culturais (USP) e bacharel em Gestão de Políticas Públicas (USP); especialista em gestão de políticas públicas de gênero e raça pela Universidade de Brasília (UnB).

1. INTRODUÇÃO

No fim do ano de 2018, o presidente da França, Emmanuel Macron, recebeu um relatório encomendado pelo próprio governo francês, que defendia a devolução de diversas peças de arte obtidas de forma irregular ao continente africano (VICENTE, 2018). Na Bélgica, no mesmo período, o antigo Museu Real da África Central (também chamado de Tervuren), agora Africa Museum, reabria com uma nova configuração, sob uma justificativa que rendeu comentários irônicos do apresentador sul-africano Trevor Noah: frente aos crescentes debates sobre a repatriação de peças de arte africana obtidas durante o colonialismo para o continente de origem, a administração do museu escolheu reformar o museu, manter a exposição original e explicar aos visitantes o contexto histórico de obtenção da coleção - “So in Belgium, instead of given the art back, They gonna keep all of it, and then just tell all museum visitors that all of the art is stolen”¹ disse o apresentador do programa de televisão estadunidense “The daily show with Trevor Noah” sobre a escolha do museu de Bruxelas.

Em cerca de um século, a museologia viveu momentos antagônicos: durante o século XIX, imperavam, no mundo da ciência, teorias racistas desenvolvidas principalmente pela antropologia e pela biologia; era o momento, também, de processos de formação nacional, como a chamada “Conquista do deserto”, descrita por Andrea Roca no livro e que se refere a ocupação dos Pampas e da Patagônia argentina, um deserto de populações brancas, mas lar de muitas populações originárias; neste período, os “museus constituíram [...] lugares privilegiados onde as nações em formação se tornavam materialmente acessíveis (ANDERSON, 2009)”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 07); neste contexto, tivemos o ápice dos museus coloniais, lugares que funcionavam como gabinetes de curiosidades alinhados aos ideários nacionais, onde os grupos dominantes armazenavam artigos dos ditos diferentes, apresentando estas coleções sempre de forma descontextualizada e estes grupos sempre cristalizados em um período fora do tempo presente – mais uma vez citando as idéias de Andrea Roca, locais formados tendo como pressuposto uma correlação desigual de poder e conhecimento. A virada do século XX para o XXI viu nascer, e com força, um movimento inverso: Um aumento significativo do número de museus ocorreu, em contraste aos poucos museus nacionais ou de história natural criados durante os séculos XIX e XX, sendo que boa parte destes foram criados ou então são agora dirigidos pelos grupos antes exotizados pelo colonialismo e a mentalidade colonial, e servem como forma de afirmação e reivindicação de suas narrativas e lugar na história. Os velhos museus coloniais e suas perspectivas começaram a ser contestados, movimento do qual faz parte o relatório do governo francês – ainda que muitos defendam que este seja nada mais que uma estratégia diplomática – e a reforma de Tervuren; mas, e agora, o que fazer com estes museus? Destruí-los?

¹ THE DAILY SHOW WITH TREVOR NOAH. The Debate Over Europe’s Stolen African Art. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fOlmXQihow8>>. Acesso em: 6 abr. 2020.

Coexisti-los com os novos museus? Trazer pluralidade de narrativas aos antigos museus coloniais? São estas questões que o livro “De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal” discute, olhando especificamente para as populações indígenas e a presença de seus artefatos em museus etnológicos. Isto porque, segundo os organizadores, “museus continuam a deter um importante papel pedagógico em relação aos processos de objetificação que existiram e continuarão a existir”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 23).

João Pacheco de Oliveira, professor titular do Museu Nacional (UFRJ), e Rita Cássia de Melo Santos, doutora em antropologia social pelo Museu Nacional e docente do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, são os organizadores desta obra que, como contam na introdução do livro, surgiu a partir de um evento realizado no Museu Nacional:

“A proposta de formulação desta coletânea, teve suas primeiras elaborações em 2009 motivadas pela realização do seminário “Experiências indígenas com museus e centros culturais” no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Organizado em cinco sessões, que ocuparam dois dias de atividades (15 e 17 de setembro de 2009), o seminário foi coordenado por João Pacheco de Oliveira e resultou de uma articulação entre a Secretaria de Identidade e diversidade Cultural (SID), o Ministério da Cultura e o Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED) do Museu Nacional [...]”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 15)

São 441 páginas divididas em três capítulos: I – Os pressupostos metodológicos, II – Os museus etnográficos como espaço político: ressignificações e possibilidades, e III – As experiências de museus indígenas em face dos desafios contemporâneos.

2. OS CAPÍTULOS E SEUS ARTIGOS

2.1. “I – Os pressupostos metodológicos”

O primeiro capítulo, “Os pressupostos metodológicos”, se inicia com uma tradução de um artigo de Johannes Fabian, intitulado “O outro revisitado: considerações críticas”. Nele, o antropólogo apresenta sua hipótese para o surgimento do conceito de outro dentro da antropologia e seus desdobramentos nos tempos contemporâneos. Para Fabian, o termo “outro” surgiu no começo dos anos 1960, tendo seu uso sido inaugurado por John Beattie no título de seu livro “Outras culturas” (1964) (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 30). Outro era um denominador do que o antropólogo germânico chamou de “outridade exótica”, termo generalizante para tudo que o pensamento colonial encarava como “ex-óptico” - os povos ditos primitivos, de matriz cultural não-ocidental e que agora não poderiam ser chamados pelos antigos termos, já que o processo

de descolonização estava em curso e o pensamento decolonial, assim como o pan-africanismo, militavam para uma substituição dos velhos termos racistas. Johannes Fabian atenta o leitor para a contradição que esta visão de “outro” leva o estudo etnográfico: a etnografia exige coetaneidade – é preciso observar, interagir com o “outro” para que se realize um estudo etnográfico; no entanto, na hora da elaboração do estudo por parte do etnógrafo, o “outro” é sempre colocado em um lugar distinto, atrasado, inferior do de quem escreve. Esta negação da coetaneidade levaria, então, a um discurso alocrônico: “a presença empírica do outro se torna sua ausência teórica”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 36).

Para Johannes Fabian isso não seria algo que ocorre por acaso ou coincidência: as práticas de produção do conhecimento refletem as relações de poder e “criar o outro” seria uma forma do ocidente e do ocidental de se autoafirmarem. Por isso, para Fabian, a forma de acabar com esta contradição que marca a etnografia seria “atribuir presença àqueles dos quais, quando muito, só se fala in absentia” (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 39).

O outro artigo que compõe este capítulo é “Cannibal tours, glass boxes e a política da interpretação”, de Michael Ames, professor emérito da Universidade da Colúmbia Britânica falecido em 2006. Nele, Ames aborda o quão importante pode ser o papel da museologia para uma mudança de paradigma na antropologia e uma consequente dissolução do conceito de “outro”: “o que os museus fazem afetaria drasticamente o resto da antropologia”, pois “as pessoas aprendem muito mais antropologia nos museus do que nas universidades”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 52). Segundo autor, a maioria das críticas que se dirigem aos museus pelo fato deles reterem para si o material e a história dos “outros”. Concordando com o defendido por Fabian, Michael Ames sustenta que “os que controlam a história são os que delas se beneficiam”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 52) - os estereótipos, por exemplo, muitas vezes funcionam como formas de controle social. Por isso, há de ser crítico e promover mudanças no velho modelo de museus coloniais; no entanto, nem tudo deve ser jogado fora – é preciso se considerar a ideia de palimpsesto: várias camadas se sobrepondo, mas nenhuma apaga totalmente a outra; desta forma, deve-se rejeitar “a tese relativista de que os museus devem permitir apenas que os constituents falem; auto representação não é a única representação adequada. Os museus e os antropólogos podem continuar a falar sobre os outros, embora, naturalmente, não mais por eles”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 62).

Por que esta crítica aos antigos museus coloniais seria essencial, segundo o autor? Para que estes povos vistos como “outros” se vejam livres de interpretações hegemônicas e possam contar sua própria história – citando Clifford Geertz, “ampliar a possibilidade de um discurso inteligível entre pessoas diferentes uma das outras sem relação a interesses, perspectivas, riqueza e poder”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 63).

2.2. “II – Os museus etnográficos como espaço político: ressignificações e possibilidades”

Com a criação e a intensificação do imperialismo capitalista colonial durante o século XIX, aumentou também a presença europeia na Oceania. Com este advento, algumas cidades acabaram se tornando ponto de paragem no longo trajeto entre o Pacífico Sul e o continente europeu – Sidney, na Austrália, e o Rio de Janeiro são dois exemplos disto. Foi a partir do século XIX, também, que europeus e russos introduziram, na Oceania, armas de fogo. Estas armas de fogo serviram de comburente para a chamada “Guerras dos Mosquetes”, conflitos inter-tribais travados ao longo das décadas iniciais do século XIX que acabaram por impulsionar o comércio de cabeças tatuadas embalsamadas de reis-chefes neozelandeses. Itens de cobiça, então, no acervo de colecionadores e gabinetes de curiosidades, as cabeças tatuadas embalsamadas entre os Maoris neozelandeses são objetos do mundo sagrado-espiritual; as tatuagens possuem significados e são índices de distinção, de hierarquia. No entanto, a crescente presença europeia na região criou um comércio em torno destas cabeças: “mokomokai” era o termo utilizado para se referir à produção de cabeças tatuadas embalsamadas pelas populações autóctones para suprir a crescente demanda não-indígena. Neste contexto que envolve as relações coloniais e uma série de situações inusitadas, chegam, em 1817, duas cabeças tatuadas embalsamadas de reis-chefes neozelandeses ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. É justamente este fato que o pesquisador Edmundo Pereira discute no artigo “Dois reis neozelandeses: notas sobre objetificação museal, remanescentes humanos e formação do império (Brasil – mares do sul, século XIX)”.

Completam o capítulo os artigos “Dos “selvagens românticos” aos “povos primeiros”. A herança primitivista nos museus e na antropologia”, onde Benoît de L’Estoile discute a evolução do mito do bom selvagem, ou seja, povos da natureza que ficaram cristalizados em um tempo passado, a “povos primeiros”, “povos que mantiveram uma relação sagrada com a natureza, uma parte esquecida de nós reinventada” (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 72), problematizando o trabalho de importantes figuras, como Sebastião Salgado e Claude Lévi-Strauss, e museus etnográficos, como o Museu do Quai Branly; “Devolver aos indígenas seu lugar na história argentina: tempos, temporalidades e histórias no Museu Etnográfico da cidade de Buenos Aires”, de Andrea Roca, discute como o processo de curadoria pode transformar um museu enquadrado no ideário nacional argentino, como é o Museu Etnográfico da cidade de Buenos Aires, em um local de problematização dos velhos estereótipos sobre as populações indígenas argentinas; “A construção de uma “tradição de glória”: técnicas expositivas e práticas discursivas dos frades Capuchinos no Museu dos Índios da Amazônia (Assis, Itália)”, da pesquisadora Cláudia Mura, discute como, para criar um discurso triunfal sobre o trabalho extensionista dos frades Capuchinos na Amazônia, o Museu dos Índios da Amazônia acaba por exotizar estas populações e seus objetos ali presentes,

perpetuando práticas que nem no universo museal, e nem na igreja católica, são bem vistas hoje em dia; e “Arte africana, de novo: trânsito entre “etnografia” e “arte” em Angola, onde Nuno Porto discute como o trabalho do Museu do Dundo e de José Redinha, por muito tempo seu diretor, serviram para que, posteriormente, a Angola neocolonial e independente politicamente definisse o que seriam suas artes canônicas e como esse processo de criação do canônico, em muitos pontos, serviu a interesses privados e políticos, e causou um novo processo de colonização dentro do país, colocando as “artes do leste” em posição especial frente aos demais tipos de arte produzidas em Angola.

2.3. “III – As experiências de museus indígenas em face dos desafios contemporâneos”

O terceiro e último capítulo do livro se inicia com um artigo que ressalta o papel essencial que a arquitetura tem na construção de museus que prezem por dar protagonismo aos povos representados dentro de suas coleções.

Intitulado “Etnografia e arquitetura” e escrito por Alban Bensa, o artigo descreve uma história ocorrida na Nova Caledônia. Este arquipélago melanésio foi ocupado pela França em 1853. Seu território era, então, habitado por uma população autóctone que, em sua maioria, tinha como principal atividade a horticultura. Os franceses implementaram lá um sistema de ocupação, exploração e espoliação que se baseou no confinamento da população originária em 10% do território que originalmente habitavam, além do desenvolvimento da exploração de níquel e da pecuária. Além disto tudo, nesta nova dinâmica econômica, importaram mão de obra estrangeira, marginalizando totalmente estas populações autóctones na sociedade colonial, que receberam o pejorativo nome de Kanak.

Em 1984, após quase um século e meio de dominação colonial, um movimento político e social que demanda a reversão da segregação imposta pelos franceses eclode. Tal movimento, que assumiu para si o termo Kanak como sua marca de identidade, é liderado por Jean-Marie Tjibaou, um ex-padre que agora fazia parte da Frente de Libertação Nacional Kanak Socialista (FLNKS).

O colonialismo francês impôs aos Kanak um forte processo de aculturação, perpetrado, dentre outras práticas, através da catequização, proibição das práticas religiosas tradicionais e obrigatoriedade do uso do francês, em detrimento das línguas locais. Por isso, Tjibaou acreditava que “A cultura, segundo ele, não podia senão se integrar no futuro identitário do seu povo e não ser abandonada pelo caminho como uma roupa velha fora de moda”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 233). Assim sendo, Jean-Marie Tjibaou queria que um grandioso símbolo que lembrasse a presença Kanak na Nova Caledônia, bem como afirmasse a riqueza cultural deste povo e servisse também como espaço de diálogo cultural fosse erguido em Nouméa, capital do território francês e cidade que concentra a maior

parte da população europeia do arquipélago.

O líder Kanak falecendo em 1989, mas, como resultado de sua luta, foi erguido em Nouméa, tendo sido inaugurado em maio de 1998, o Centro Cultural Jean-Marie Tjibaou. O centro cultural teve seu projeto arquitetônico desenvolvido pelo italiano Renzo Piano. O artigo focaliza o processo de concepção e concretização do edifício pelo arquiteto, que, a todo tempo, se preocupou em contar com a colaboração dos Kanak no trabalho e fazer com que o Centro Cultural, para longe de um lugar que alimentasse o olhar exotizante do europeu, que tanto mal fez aos povos autóctones da Nova Caledônia, respeitasse as crenças e costumes do Kanak e a eles fosse acolhedor.

Em “Uma visita a casa do imperador: sobre o trabalho de cooperação entre museus e source communities”, Claudia Augustat, Obadias Batista Garcia, Wolfgang Kapfhammer e Ranulfo de Oliveira falam especialmente sobre a visita de dois índios Sateré-mawé da área indígena Andirá-marau, no Baixo Amazonas, ao Museum für Völkerkunde, em Viena, capital austríaca, no ano de 2012. O relato tem por objetivo ressaltar como a cooperação entre museus etnológicos e as denominadas source communities, ou seja, as comunidades de onde se originam as peças que compõem as coleções dos museus pode ser algo prolífero, pois ambas as partes são possuidoras de conhecimentos específicos sobre as peças, bem como de histórias e saberes que as cercam, e, portanto, um trabalho conjunto e em condição de equidade entre instituições museais e essas comunidades levaria a uma compreensão mais profunda das coisas.

A coleção africana do Museu Nacional, em 2011 contava com, mais ou menos, 700 objetos. A partir de 2013 ocorre uma reforma da chamada “Sala África” do MN, objetivando a valorização e a divulgação da coleção africana do museu. A reforma não abrangeu apenas os limites físicos do MN, ela transbordou suas paredes e incluiu, também, a realização de uma exposição temporária com peças originais da coleção africana na Baixada Fluminense, região periférica e historicamente desprivilegiada de ações e equipamentos culturais, e a produção de material acadêmico sobre história e cultura africana. Este processo fora encabeçado por Mariza de Carvalho Soares e é justamente ele que a autora esmiúça no artigo “A descolonização das coleções coloniais: relato de uma experiência de curadoria com a coleção africana do museu nacional”, o penúltimo deste terceiro capítulo do livro.

Fazem parte deste capítulo também os artigos “O Museu Rondon e os povos indígenas em Mato Grosso”, de Maria Fátima Machado, que apresenta como o Museu Rondon, da Universidade Federal do Mato Grosso, acabou por se tornar um local de resistência e diálogo em meio a um ambiente hostil ao índio e sua cultura como representa o estado do centro-oeste brasileiro que o abriga – antes com a colonização, hoje com o agronegócio: “Museu Rondon, que é reconhecido por boa parte deles como um espaço de interlocução, de debates a respeito das suas próprias questões” (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 274); “Índios em comum: a pan-identidade do National Museum of the American Indian “contra

o outro””, de Leonardo Bertolossi, que discute como as populações indígenas são os verdadeiros protagonistas neste museu estadunidense, sendo a voz principal em todos seus aspectos: do projeto arquitetônico, até a administração; “Coleções etnográficas, povos indígenas e repatriação virtual: novas questões, velhos debates”, onde o pesquisador Renato Athias discute o processo que ele nomeia como “repatriamento virtual”, ou seja, a formação de coleções e museus virtuais que permitam que as diferentes comunidades indígenas tenham contato com artigos originários de seus povos que estão espalhadas mundo afora; e “Descolonizando a ilusão museal – etnografia de uma proposta expositiva”, de João Pacheco de Oliveira e Rita de Cássia Melo Santos, que fala da experiência do antropólogo na montagem de uma exposição que trouxesse novas perspectivas sobre os povos indígenas nordestinos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cássia Melo (Org.). **De acervos coloniais aos museus indígenas:** formas de protagonismo e de construção da ilusão museal. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

THE DAILY SHOW WITH TREVOR NOAH. The Debate Over Europe's Stolen African Art. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fOImXQihow8>>. Acesso em: 6 abr. 2020.

VICENTE, Alex. Devolução de tesouros africanos coloca em alerta os museus etnográficos. El País em Português, Paris, 14 dez. 2018, Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/14/cultura/1544801008_489541.html>. Acesso em: 6 abr. 2020.